



Relatório de Administração

foi superior à média nacional de 74,4%. **Fornecimento de energia:** a CPFL Piratininga desenvolveu iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realizou um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2016, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 6,97 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 3,80 vezes, entre os menores do setor.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **Receita operacional:** Em 2016, a CPFL Piratininga alcançou receita líquida de R\$ 3.133 milhões, uma redução de 17,9% (R\$ 685 milhões), em decorrência principalmente do fraco desempenho do mercado e da constituição de um passivo financeiro setorial, que começou a ser amortizado com o reajuste tarifário negativo (-24,21%) aplicado em outubro/16. **Geração operacional de caixa (EBITDA):** o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2016	2015
Lucro Líquido	68.114	211.637
Amortização	92.661	93.556
Resultado Financeiro	106.879	115.731
Contribuição Social	13.002	31.297
Imposto de Renda	36.440	85.491
EBITDA	317.096	537.712

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 317 milhões, uma redução de 41,0% (R\$ 221 milhões), devido principalmente a: (i) a redução de 17,9% (R\$ 685 milhões) na receita líquida; (ii) o aumento de 18,9% (R\$ 68 milhões) no PMSO (Despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros custos/despesas operacionais e Entidade de Previdência Privada); e (iii) o aumento de 8,7% (R\$ 16 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor. Já o custo com energia elétrica registrou redução de 20,0% (R\$ 548 milhões). O aumento de 18,9% (R\$ 68 milhões) no PMSO da CPFL Piratininga deve-se principalmente aos seguintes fatores: **V** Aumento de **7,4%** (R\$ 10 milhões) despesas com pessoal; **V** Aumento de 17,9% (R\$ 3 milhões) despesas com material; **V** Aumento de 23,9% (R\$ 23 milhões) nas despesas com serviços de terceiros; **V** Aumento de 32,4% (R\$ 32 milhões) nos outros custos/despesas operacionais; **V** Aumento de 0,5% (R\$ 0,05 milhão) no item Entidade de Previdência Privada. **Lucro líquido:** Em 2016, a CPFL Piratininga apurou lucro líquido de R\$ 68 milhões, redução de 67,8% (R\$ 144 milhões), refletindo principalmente a redução de 41,0% (R\$ 221 milhões) no EBITDA. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela (i) redução de 7,6% nas despesas financeiras líquidas (R\$ 9 milhões), (ii) redução de 1,0% (R\$ 1 milhão) nos gastos com amortização, e (iii) o efeito positivo do Imposto de Renda e da Contribuição Social (R\$ 67 milhões). **Endividamento:** no final de 2016, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Piratininga atingiu R\$ 1.576 milhões, representando uma redução de 6,3%.

5. INVESTIMENTOS

No ano, foram investidos R\$ 172 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A CPFL Piratininga desenvolveu iniciativas que buscam gerar valor para todos os seus públicos de relacionamento e mitigar os impactos de suas operações por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos seus negócios. Abaixo estão relacionados os destaques do exercício: **Plataforma de sustentabilidade:** consiste na ferramenta de gestão da sustentabilidade, integrada ao planejamento estratégico do Grupo CPFL. Contempla: a) Temas relevantes para a condução dos negócios, definidos junto a públicos de relacionamento; b) Avançadas de valor relacionadas aos temas; c) Indicadores estratégicos corporativos, com metas de desempenho para o curto e médio prazo. **Comitê de Sustentabilidade:** principal órgão interno de governança da sustentabilidade, também responsável pelo monitoramento da Plataforma. **Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** em 2015, foi concluída a revisão do Código de Ética e Conduta Empresarial. A versão atualizada do Código de Conduta Ética (nova denominação) foi aprovada pela Diretoria Executiva em novembro de 2015, sendo, na sequência, aprovada pelo Conselho de Administração de sua controladora, a CPFL Energia, em janeiro de 2016, com abrangência em todas as empresas controladas diretas do Grupo. O SGDE foi revisado, incluindo a reestruturação do Comitê de Ética e Conduta Empresarial, que passou a ser formado por cinco membros, sendo dois membros externos independentes. A revisão contemplou o Regimento Interno do Comitê, a implantação de uma Secretaria Executiva de apoio ao Comitê e a contratação de um Canal Externo de Ética, para receber consultas, sugestões e denúncias de natureza ética, que passaram a ser apuradas por uma Comissão de Processamento de Denúncias (CPD). A CPFL também implantou um plano de divulgação e disseminação das diretrizes éticas e um programa de capacitação sobre o SGDE, baseado em *e-learning*, disponível para todos os profissionais, e workshops presenciais com os ocupantes de cargos de gestão e

liderança. O Comitê realizou 13 reuniões em 2016 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, bem como para analisar as sugestões, denúncias e consultas recebidas no período. **Relacionamento com a comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Piratininga atua, destacam-se: **(i) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (1% I.R.)** - Em 2016, a CPFL Piratininga destinou R\$ 260 mil para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de 2 municípios da área de concessão. O repasse irá apoiar o desenvolvimento de diagnósticos situacionais; **(ii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso - CMDI (1% I.R.)** - Em 2016, a CPFL Piratininga destinou R\$ 365.600 mil ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa de 1 município para apoiar o Projeto piloto "Cidade para Todas as Idades"; **(iii) Voluntariado** - Em 2016, foram desenvolvidas 6 ações que envolveram cerca de 243 participações voluntárias. As ações desenvolvidas em 1 cidade da área de concessão beneficiou aproximadamente 350 pessoas diretamente e cerca de 1000 mil indiretamente; **(iv) Eficiência Energética (0,5% da ROL)** - foram investidos mais de R\$ 19,1 milhões, sendo mais de R\$ 8,7 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 1.200 clientes, troca de 1.202 geladeiras, 20.000 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED) e instalação de 1.491 aquecedores solares, projeto bônus residencial com substituição de 1.600 geladeiras e 12.600 lâmpadas LED com um investimento de mais R\$ 2,3 milhões, orientados em 17 Prédios Públicos, 7 Hospitais e 1 Instituição Filantrópica com um investimento de mais R\$ 1,1 milhão, também 1 indústria sendo investidos mais de R\$ 3,2 milhões, 1 projeto comercial sendo investidos mais de R\$ 963,8 mil, realizados projetos educacionais CPFL nas Escolas com aquisição de carreta com um investimento de mais R\$ 835,5 mil, 1 projeto de iluminação pública com substituições de 416 luminárias com um investimento de mais R\$ 90,0 mil. Deste total, R\$ 17,2 milhões (0,4%) foram investidos em clientes e R\$ 1,9 milhões (0,1%) foram provisionados, conforme Lei 13.280/2016, a serem passadas oportunamente para o PROCEL; **(v) Escola de Eletricista** - visa formar um banco de eletricistas capacitados e mitigar riscos advindos do apagão de mão de obra. Constitui um investimento social por oferecer qualificação gratuita para o mercado de trabalho, além de capacitar futuros colaboradores em fase de pré-contratação. Até 2016, concluímos a formação de 199 novos eletricistas, sendo que 129 deles foram contratados. **Gestão Ambiental:** (i) a empresa possui certificação ISO 14001 no escopo "Convivência da rede de distribuição urbana de energia elétrica com o meio ambiente e serviços da transmissão de energia elétrica"; (ii) suas Estações Avançadas são periodicamente avaliadas quanto aos riscos ambientais e requisitos legais, com estabelecimento de um ranking e de um plano de ação para melhorias; (iii) para situações de emergências ambientais, a controladora possui contrato com empresa especializada, além de um seguro. Para ocorrências de menor extensão, kits de emergência estão disponíveis para uso imediato; (iv) em 2016, a empresa realizou o inventário de emissões de gases de efeito estufa relativas a 2015, integrando o inventário da CPFL Energia, premiado com medalha de ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol; (v) deu continuidade ao Programa de Arborização Urbana, com doações de mudas a prefeituras.

7. AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela CPFL Piratininga para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte prestou, em 2016, serviços não relacionados a auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Deloitte prestou além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria:

Natureza	Data do contrato	Duração	Valor	Percentual do total do contrato de auditoria
Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR)	16/04/2015	Anos calendários 2015 e 2016	155.658,42	24%
Procedimentos previamente acordados - Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	27/11/2015	Anos calendários 2015 e 2016	56.036,35	9%
Revisão tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	22/04/2015	Anos calendários 2015 e 2016	54.957,74	8%
			266.652,51	41%

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia S.A., e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. A Administração da CPFL Piratininga declara que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Deloitte.

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Piratininga agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2016. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2016	2015 (Reapresentado*)
Receita operacional líquida	23	3.132.760	3.817.267
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24	(2.186.823)	(2.734.588)
Custo de operação	25	(224.058)	(201.004)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(203.884)	(187.605)
Lucro operacional bruto		517.995	694.070
Despesas operacionais	25	(136.908)	(114.424)
Despesas com vendas		(136.393)	(130.689)
Despesas gerais e administrativas		(10.259)	(4.800)
Outras despesas operacionais			
Resultado do serviço	26	224.435	444.156
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		160.011	149.769
Despesas financeiras		(266.890)	(265.500)
		(106.879)	(115.731)
Lucro antes dos tributos		117.556	328.425
Contribuição social	9	(13.002)	(31.297)
Imposto de renda	9	(36.440)	(85.491)
		(49.442)	(116.788)
Lucro líquido do exercício		68.114	211.637
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$2		1,23	3,82
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$2		1,35	4,20

(*) Contempla os efeitos das notas explicativas 2.6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Nota explicativa	2016	2015 (Reapresentado*)
Receita operacional líquida	23	3.132.760	3.817.267
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24	(2.186.823)	(2.734.588)
Custo de operação	25	(224.058)	(201.004)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(203.884)	(187.605)
Lucro operacional bruto		517.995	694.070
Despesas operacionais	25	(136.908)	(114.424)
Despesas com vendas		(136.393)	(130.689)
Despesas gerais e administrativas		(10.259)	(4.800)
Outras despesas operacionais			
Resultado do serviço	26	224.435	444.156
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		160.011	149.769
Despesas financeiras		(266.890)	(265.500)
		(106.879)	(115.731)
Lucro antes dos tributos		117.556	328.425
Contribuição social	9	(13.002)	(31.297)
Imposto de renda	9	(36.440)	(85.491)
		(49.442)	(116.788)
Lucro líquido do exercício		68.114	211.637
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$2		1,23	3,82
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$2		1,35	4,20

(*) Contempla os efeitos das notas explicativas 2.6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Nota explicativa	2016	2015 (Reapresentado*)
Receita operacional líquida	23	3.132.760	3.817.267
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24	(2.186.823)	(2.734.588)
Custo de operação	25	(224.058)	(201.004)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(203.884)	(187.605)
Lucro operacional bruto		517.995	694.070
Despesas operacionais	25	(136.908)	(114.424)
Despesas com vendas		(136.393)	(130.689)
Despesas gerais e administrativas		(10.259)	(4.800)
Outras despesas operacionais			
Resultado do serviço	26	224.435	444.156
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		160.011	149.769
Despesas financeiras		(266.890)	(265.500)
		(106.879)	(115.731)
Lucro antes dos tributos		117.556	328.425
Contribuição social	9	(13.002)	(31.297)
Imposto de renda	9	(36.440)	(85.491)
		(49.442)	(116.788)
Lucro líquido do exercício		68.114	211.637
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$2		1,23	3,82
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$2		1,35	4,20

(*) Contempla os efeitos das notas explicativas 2.6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Nota explicativa	2016	2015 (Reapresentado*)
Receita operacional líquida	23	3.132.760	3.817.267
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24	(2.186.823)	(2.734.588)
Custo de operação	25	(224.058)	(201.004)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(203.884)	(187.605)
Lucro operacional bruto		517.995	694.070
Despesas operacionais	25	(136.908)	(114.424)
Despesas com vendas		(136.393)	(130.689)
Despesas gerais e administrativas		(10.259)	(4.800)
Outras despesas operacionais			
Resultado do serviço	26	224.435	444.156
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		160.011	149.769
Despesas financeiras		(266.890)	(265.500)
		(106.879)	(115.731)
Lucro antes dos tributos		117.556	328.425
Contribuição social	9	(13.002)	(31.297)
Imposto de renda	9	(36.440)	(85.491)
		(49.442)	(116.788)
Lucro líquido do exercício		68.114	211.637
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$2		1,23	3,82
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$2		1,35	4,20

(*) Contempla os efeitos das notas explicativas 2.6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

operacional líquida; e • Nota 30 - Instrumentos financeiros. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.6 Reapresentações nas demonstrações financeiras de 2015:** Após revisão de suas práticas contábeis, a Companhia objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho. Tal conclusão está suportada no fato de que: i. Investir em infraestrutura é a atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura; ii. O retorno sobre o investimento em infraestrutura no negócio de distribuição é determinado pelo valor justificado da infraestrutura, seja a parcela amortizável durante o horizonte do contrato (ativo intangível), seja a parcela indenizável ao seu final (ativo financeiro), mais a taxa média ponderada do custo de capital - "WACC regulatório"; e, iii. Dessa forma, as receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do ativo financeiro do ativo, mais o fato de ambos integrarem a base regulatória de remuneração. As receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da "Receita Operacional Líquida". Conforme as orientações do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho do negócio da Companhia (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu as reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, originalmente emitidas em 07 de março de 2016. As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, nem a Demonstração do Fluxo de Caixa. As Demonstrações do Resultado e do Valor Adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir: • Demonstração do Resultado do Exercício:

	2015	Reclassificações	2015 (Reapresentado)
Conciliação da demonstração do resultado	2015	Reclassificações	2015 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	3.736.888	140.399	3.817.267
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	(2.734.588)	-	(2.734.588)
Custo do serviço de operação	(201.004)	-	(201.004)
Custo do serviço prestado a terceiros	(187.605)	-	(187.605)
Lucro operacional bruto	553.671	140.399	694.070
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(114.424)	-	(114.424)
Despesas gerais e administrativas	(130.689)	-	(130.689)
Outras despesas operacionais	(4.800)	-	(4.800)
Resultado do serviço	303.757	140.399	444.156

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015		Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2
--	------------------	------------	------------	--	------------------	------------	---------

	2015	Reclassificações	(Reapresentado)
Conciliação da demonstração do resultado			
Resultado financeiro	293.038	(143.269)	149.769
Despesas financeiras	(268.370)	2.870	(265.500)
	24.668	(140.399)	(115.731)
Lucro antes dos tributos	328.425	-	328.425
Contribuição social	(31.297)	-	(31.297)
Imposto de renda	(85.491)	-	(85.491)
	(116.788)	-	(116.788)
Lucro líquido do exercício	211.637	-	211.637
• Demonstração do Valor Adicionado:			

	2015	Reclassificações	(Reapresentado)
1 - Receita	6.715.977	140.339	6.933.256
1.1 Receita de venda de energia e serviços	6.645.185	140.339	6.785.584
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	187.101	-	187.101
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39.408)	-	(39.408)
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(3.426.034)	-	(3.426.034)
2.1 Custo com energia elétrica	(3.050.375)	-	(3.050.375)
2.2 Material	(128.599)	-	(128.599)
2.3 Serviços de terceiros	(159.416)	-	(159.416)
2.4 Outros	(87.644)	-	(87.644)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	3.369.648	140.339	3.510.242
4 - Depreciações	(93.648)	-	(93.648)
4.1 Amortização	(93.648)	-	(93.648)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	3.273.195	140.339	3.413.594
6 - Valor adicionado recebido em transferência	298.853	(143.269)	155.584
6.1 Receitas financeiras	298.853	(143.269)	155.584
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	3.572.048	(2.870)	3.569.179
8 - Distribuição do valor adicionado			
8.1 Pessoal e encargos	132.082	-	132.082
8.2 Impostos, taxas e contribuições	2.956.770	-	2.956.770
8.3 Remuneração de capital de terceiros	271.560	(2.870)	268.691
8.3.1 Juros	267.616	(2.870)	264.746
8.3.2 Dividendos	3.944	-	3.944
8.4 Remuneração de capital próprio	211.637	-	211.637
	3.572.048	(2.870)	3.569.179

3. - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Contratos de concessão: O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movida desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador, e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, apurado por meio principalmente dos fatores como preço novo de reposição e valorização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria de disponível para venda e as mudanças nos fluxos de caixa têm como contrapartida as contas de receita operacional no resultado do exercício (notas 2, 6 e 4). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflete o benefício econômico esperado até o término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes resduais classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita decorrente do consumo de energia elétrica. Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 Instrumentos financeiros - Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa não são explorados e os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros: i) Registrados pelo valor justo por meio do resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. ii) Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia possui intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nestas categorias. iii) Emprestimos recebidos em títulos de renda fixa: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável. iv) Disponíveis para venda: são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado operacional para as variações da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão da Companhia, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo. **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente em contratos de negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais passivos financeiros: (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. (ii) Outros passivos financeiros (não mensurados pelo valor justo por meio do resultado): são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos pelo valor justo inicialmente deduzido de perdas por redução ao valor recuperável e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30. **Capital social:** Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como capital social no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. **3.3 Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direitos de exploração de concessões, direitos de utilização de passagem. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão). Em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflete o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.1. Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser vendidos, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sob a hipótese de reversão da concessão. ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do serviço público de energia elétrica de prévia anuência para desvincular do seu acervo patrimonial bens móveis e imóveis considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação dos bens depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.4 Redução ao valor recuperável ("impairment") - Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento tanto nos níveis individuais quanto no nível coletivo para todos os títulos individuais. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue: (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente reversa a diminuição de valor, a alteração na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado. (ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado. Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como disponível para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial classificado como disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes. **- Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda conferida ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. Para fins de teste de impairment a Administração utiliza o valor em uso. Para estes casos, os seus (exc. ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa - "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do impairment. **3.5 Provisões:** As provisões são estimadas com base na análise de risco de um evento significativo foram transferidos para o contrator, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada na data de cada mês e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como "Não Faturado". Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponível para venda no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço é efetivamente prestado, referente por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas pelo método da percentagem completada, sendo as perdas, caso existam, reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas. **3.9 Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente

e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.10 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 4.1. **3.11 Subvenção governamental - CDE:** As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (notas 23.3) referem-se à compensação de descontos concedidos já incorridos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato, nos termos do CPC 07, 3.12 **Ativo e passivo financeiro:** Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade tem o direito de receber ou receber a título de uma "Parcela A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade tem o direito de pagar ou pagar a título de uma "Parcela B" (custos gerenciais); composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos orçados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação que decorre dos custos orçados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. **3.13 Novas normas e interpretações vigentes:** Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016: a) **IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas:** A IFRS 14 determina a contabilização de saldos de contas regulatórias diferidas referente ao mercado em que a tarifa é regulada apenas para adotantes iniciais das IFRSs, permitindo aos adotantes iniciais manterem suas políticas e práticas contábeis sobre ativos e passivos regulatórios contabilizados conforme os GAAP anteriores. Considerando que a Companhia não é adotante inicial do IFRS, a IFRS 14 não foi aplicável. b) **Alterações às IAS 16/CPC 27 e ao IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização:** As alterações às IAS 16/ CPC 27 problem as empresas de usar o método de depreciação baseada na receita para itens do intangível. As alterações ao IAS 38/CPC 04 (R1) introduzem a premissa relutante de que a receita não é uma base para a mensuração de um ativo intangível. Essa premissa pode ser rejeitada apenas nas duas condições abaixo: (i) quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita; ou (ii) quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados. Com o início da vigência das alterações, a Companhia passou a adotar prospectivamente o método linear de amortização do ativo intangível da concessão, pelo prazo remanescente da concessão. c) **Alterações ao IAS 1/CPC 26 - Iniciativa de Divulgações:** As alterações ao IAS 1/CPC 26 oferecem orientações com relação à aplicação da materialidade na prática. A aplicação das alterações ao IAS 1/CPC 26 não causou impactos relevantes sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. d) **Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012 - 2014:** A aplicação das alterações não causou impacto relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **3.14 Novas normas e interpretações vigentes mas não adotadas:** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A Companhia não adotou as IFRSs novas ou revisadas a seguir: a) **CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contábeis; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangentes. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuída a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionado na IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de relatório para os ativos mantidos em risco de crédito em instrumentos financeiros. No que tange às modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9/CPC 48 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na IAS 39/CPC 38. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de "relacionamento econômico". Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade. A Companhia possui ativos relevantes classificados como "disponíveis para venda" de acordo com os requerimentos atuais da IAS 39/CPC 38. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão. A designação destes instrumentos como disponíveis para venda ocorre em função da não classificação nas outras três categorias descritas no IAS 39/CPC 38 (empréstimos e recebíveis, valor justo contra o resultado e mantidos até o vencimento). A opinião preliminar da Administração é que, caso estes ativos sejam classificados como mensurados ao valor justo contra resultado de acordo com a nova norma, os efeitos da mensuração subsequente deste ativo seria registrado no resultado do exercício. Assim, não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, como a Companhia não aplica a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma em relação aos instrumentos financeiros. Com relação aos instrumentos financeiros, a Companhia está avaliando os eventuais impactos da adoção desta norma. b) **CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes:** O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) identificação do preço de transação; (iv) identificação do preço de transação sob o efeito de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Em sua, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que tendem a não ser relevantes em suas demonstrações financeiras. c) **Alterações ao IAS 12/CPC 30 - Imposto de renda diferido sobre perdas não reconhecidas:** O CPC 30/IAS 12 estabelece a partir de 1º de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endurecer a diversidade na prática. As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A administração da Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. d) **Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Iniciativa de divulgação:** Emitidas em 29 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 7 dá iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento. (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações. O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salienta também que as novas exigências de divulgação referem-se simularmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos. As alterações ao IAS 7 serão aplicadas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A administração da Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7

8. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2015			Receita operacional		Resultado financeiro		Recebimento		Saldo em 31/12/2016			
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária	Diferido	Homologado	Total	Diferido	Homologado	Total
Parcela A*	210.661	330.533	541.196	(230.732)	(321.486)	9.944	(23.04)	(36.362)	(125.725)	(162.087)			
CVA (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	60.163	89.652	149.815	(266.199)	(80.062)	(8.569)	-	(57.470)	(147.546)	(205.016)	-	-	-
Custos energia elétrica	(91.571)	165.501	73.930	159.752	(155.156)	42.542	(114.475)	21.156	(14.563)	6.593	-	-	-
ESS e EER (***)	(8.779)	(68.169)	(76.948)	(24.236)	74.671	(15.444)	(46.533)	(57.082)	(31.499)	(88.581)	-	-	-
Proinfa	(427)	(4.500)	(4.926)	24.291	(677)	2.299	-	171	20.815	20.986	-	-	-
Rede básica	(2.606)	14.368	11.762	7.979	(15.354)	874	-	3.883	1.379	5.261	-	-	-
Repasso de Itaipu	170.959	94.267	265.226	(233.671)	(79.430)	(6.278)	-	10.190	(64.288)	(54.098)	-	-	-
Transporte de Itaipu	860	2.282	3.142	1.212	(2.620)	341	-	513	1.561	2.075	-	-	-
Neutralização dos encargos setoriais	10.022	5.336	15.958	109.631	(26.477)	6.879	-	16.898	89.094	105.991	-	-	-
Outros componentes financeiros	71.793	103.244	175.037	(183.906)	(36.382)	21.120	-	(25.390)	119.327	144.402	-	-	-
Outros componentes financeiros	(46.314)	33.160	(13.154)	(183.906)	31.419	(152.096)	-	-	(132.410)	(132.410)	-	-	-
Devolução referente liminares (nota 23.3.2)	-	-	-	(31.611)	(10.300)	(6.667)	-	(67.584)	7.653	(59.322)	-	-	-
Outros	(46.314)	33.160	(13.154)	(31.611)	(10.300)	(6.667)	-	(67.584)	7.653	(59.322)	-	-	-
Total	164.347	363.693	528.040	(418.818)	(300.367)	(6.457)	(161.008)	(103.947)	(250.482)	(354.429)			
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"
 (***) Conta de desenvolvimento energético
 (***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

(*) CVA: Referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.12. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados relativos a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobre contrapartida: As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: Refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de somante, que a partir do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, passou a ser um componente financeiro que somente será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, (ii) garantias de fornecimento relacionadas à compensação de sobras de energia, (iii) garantia de fornecimento para a realização de transações comerciais entre os agentes do setor, (iv) componentes financeiros referente a recalculos de processos tarifários, de forma a neutralizar os efeitos aos consumidores e (v) Liminar Abrace conforme Despacho nº 1.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2016 e 2015:

	2016		2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	117.556	117.556	328.425	328.425
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(1.039)	(1.039)	-	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	26.677	26.677	30.160	30.160
Juros sobre o capital próprio	-	-	(14.030)	(14,030)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.270	2.567	3.185	(2.589)
Base de cálculo	144.464	145.761	347.739	341.966
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(13.002)	(36.440)	(31.297)	(85.491)
Corrente	(31.047)	(86.220)	7.494	22.432
Diferido	18.045	49.780	(38.791)	(107.924)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica
O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2016 e 2015 foram os seguintes:

	2016		2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/(ganhos) atuariais	134.263	134.263	(48.884)	(48.884)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(12,084)	(33,566)	4.400	12.221
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	5.562	15.450	-	-
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(6.522)	(18.116)	4.400	12.221

10. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 31/12/2014			589.299	
Adições	52.786	143.269	52.786	143.269
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	-	143.269	-	143.269
Baixas	-	(461)	-	(461)
Saldo em 31/12/2015			784.893	
Adições	71.660	71.660	71.660	71.660
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	-	8.259	-	8.259
Baixas	-	(8.333)	-	(8.333)
Saldo em 31/12/2016			860.979	

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão. Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do exercício.

11. OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos - Fundação CESP	1.430	2.142	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	3.310	-	4.607	6.243
Ordens em curso	38.887	53.561	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.354	908	-	-
Convênios de arrecadação	-	14.167	-	-
Despesas antecipadas	10.729	11.706	1.717	-
Contas a receber - Eletrobrás	33.716	25.060	-	-
Adiantamentos a funcionários	2.623	2.372	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	4.234	4.562	-	-
Faturas diversas	2.661	6.857	-	-
Outros	5.670	5.129	-	8
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.260)	(2.523)	-	-
Total	102.355	124.941	6.324	6.251

14. ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/12/2016		31/12/2015			
				Principal		Principal			
				Encargos e não circulante	Circulante	Encargos e não circulante	Circulante		
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
BNDES									
FINEM IV	TJLP + 2,12% a 3,3% (a)	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	75	18.365	1.530	140	18.105	19.614
FINEM IV	Pré fixado 5,5% (b)	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	38	3.918	12.079	48	3.918	15.997
FINEM IV	Pré fixado 8,0% (c)	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	4	561	608	6	561	1.169
FINEM V	TJLP + 2,06% a 3,08% (d)	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	159	14.559	29.118	210	14.353	43.058
FINEM V	Pré fixado 2,5% (e)	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	45	6.865	33.754	52	6.865	40.619
FINEM V	Pré fixado 2,5% (f)	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	2	395	1.942	3	395	2.337
FINEM VI	TJLP + 2,12% a 2,66% (g)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	236	12.484	53.058	248	8.600	60.206
FINEM VI	Pré fixado 6,0% (h)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	73	3.879	24.246	78	2.849	27.536
FINEM VI	SELIC + 2,62% a 2,66% (i)	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	23	4.000	8.000	31	4.000	12.000
FINAME	Pré fixado 4,5%	2 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	22.951	11.000	33.000	14.353	-	44.000
Instituições financeiras									
Banco do Brasil-capital de giro	104,9% do CDI (j)	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias	-	-	-	-	88	-
Outros									
ELETROBRÁS	RGR + 6%	-	-	-	-	-	-	764	257
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				23.653	83.945	230.989	15.978	64.679	301.408
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Instituições financeiras									
Scotiabank	US\$ + 3,3125% (1)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	1.932	122.805	-
Santander	US\$ + 2,58% (2)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	2.282	174.985	-
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (3)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	270	-	162.955	262	-	195.240
Sumitomo	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (4) (k)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	757	-	162.955	698	-	195.240
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (5)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.455	-	187.367	1.822	-	234.652
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,41% (6)	02 Parcelas anuais a partir de janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	792	-	203.694	728	-	244.050
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,15% (7)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	154	48.810	-
Scotiabank	US\$ + 2,08% (8)	Parcela única em agosto de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	460	53.775	-	551	-	64.429
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,15% (9)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	229	97.620	-
Operação sindicalizada (**) - Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC-Export US\$ + Libor 3 meses + Development Canada	2,7% (10)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	831	-	217.273	-	-	-
Marcação a mercado									
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				4.565	53.593	929.195	8.658	439.929	880.550
Gastos com captação (*)									
Total				28.217	137.207	1.155.774	24.636	504.554	1.180.231

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 104,9% do CDI a.a. (2) 105,8% do CDI a.a. (3) 109,5% do CDI a.a. (4) 105,7% e 105,9% do CDI a.a. (5) 103,6% do CDI a.a. (6) 108,6% do CDI a.a. (7) 102,9% do CDI a.a. (8) 103,5% do CDI a.a. (9) 102,5% do CDI a.a. (10) 108,15% a 116% do CDI a.a. (a) taxa efetiva 60,7% a 68,82% do CDI; (b) taxa efetiva 45,68% do CDI; (c) taxa efetiva 65,91% do CDI; (d) taxa efetiva 88,55% a 100,53% do CDI; (e) taxa efetiva 30,35% do CDI; (f) taxa efetiva 30,65% do CDI; (g) taxa efetiva 68,69% a 72,65% do CDI; (h) taxa efetiva 48,39% do CDI; (i) taxa efetiva 122,33% do CDI; (j) taxa efetiva 109,47% do CDI; (k) taxa efetiva 107,3% do CDI. (**) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas. (***) Operação sindicalizada - empréstimos financeiros em moeda estrangeira, tendo como contraparte um grupo de instituições financeiras.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com os CPC's 38 e 39, classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado) e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo como resultado. A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 987.352 (R\$ 1.329.137 em 31 de dezembro de 2015). As mudanças dos valores justos destas dívidas não reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 5.231 (ganho de R\$ 57.353 em 31 de dezembro de 2015), somados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 8.919 (perda de R\$ 35.740 em 31 de dezembro de 2015), contratados para proteção da variação cambial (nota 3), geraram um ganho total de R\$ 14.150 (ganho total líquido de R\$ 21.613 em 31 de dezembro de 2015). Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	2018	2019	2020	2021	2022
	439.185	405.376	222.790	73.897	14.859
Subtotal					1.160.624
Marcação a mercado					(6.049)
Total					1.155.774

Os principais índices utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

	Variação acumulada		% da dívida	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Indexador				
TJLP	7,50	6,21	9,81	9,63
CDI	13,63	13,18	79,80	81,17
Outros	-	-	10,39	9,21
			100,00	100,00

Adições no exercício: Moeda nacional: FINEM VI - A Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2014, no montante de R\$ 194.862, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, visando financiar os investimentos em redes elétricas, previstos para os anos de 2014 e 2015. No exercício de 2016 houve liberações de R\$ 7.866 (R\$ 7.586 líquidos dos gastos com captação) e o saldo remanescente

15. DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	31/12/2016		31/12/2015		
					Garantias	Encargos	Garantias	Encargos	
6º Emissão									
Série única	110	CDI + 0,8% (1)	CDI + 0,91%	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	7.846	33.000	77.000	117.846
7º Emissão									
Série única	23.500	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,89%	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	13.455	-	235.000	248.455
Gastos com emissão (*)									
						(80)	(675)	(654)	(842)
Total						21.301	32.920	311.425	365.646

(1) A Companhia possui swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 107,88% do CDI.

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	2018	2019	2020	2021	2022
	91.455	102.596	58.642	59.732	59.732
Total					311.425

Condições restritivas: As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração. Os índices financeiros são os seguintes: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,75; e • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos). Diversos empréstimos e financiamentos da Companhia são sujeitos à antecipação de seus vencimentos na ocorrência de quaisquer alterações na estrutura societária da controladora CPFL Energia, exceto se ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa e Previ permanesse de forma direta ou indiretamente no bloco de controle da controladora CPFL Energia. Em função da mudança do controle acionário da controladora CPFL Energia, efetivada em janeiro de 2017, foi negociado previamente com os credores da controladora CPFL Energia e suas controladas diretas e indiretas e empreendimentos

Cauções, fundos e depósitos vinculados - São garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento **Ordens em curso** - Compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética ("PEE") e Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 20). **Convênios de arrecadação** - Referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros. A partir de 2016 a Companhia passou a efetuar o encontro de contas com o passivo (nota 20). **Contas a receber - Eletrobrás** - Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 1.688 (R\$ 2.184 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23.3.1); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 14.839 (R\$ 23.876 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23.3.1); e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 17.189 (nota 23.3.2). Em 2016 a Companhia efetuou o encontro de contas das contas a receber - Eletrobrás e dos (contas a pagar de CDE (nota 17) no montante de R\$ 190.250, sendo (i) R\$ 40.314 com base na liminar obtida em maio 2015 e (ii) R\$ 149.936 autorizado por meio do despacho nº 1.576/2016.

12. INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Outros ativos intangíveis	Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição em curso		
Saldo em 31/12/2014				897.443
Custo histórico	833.999	1.887.840	64.344	239
Amortização acumulada	(1.054.741)	-	-	(239)
Adições	-	155.610	-	155.610

Para os Exercícios Finsos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As adições em provisões para riscos fiscais, realizadas em 2016, referem-se, substancialmente, a discussões sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, cujos saldos estavam classificados anteriormente em tributos a recolher. As provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações); b. **Cíveis**; **Danos pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros. **Majoração tarifária** - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Tarifárias DAEE nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado". c. **Fiscais**: **Imposto de renda** - A Companhia mantém provisão de R\$ 139.597 (R\$ 129.907 em 31 de dezembro de 2015) referente a ação judicial visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ. **Fiscais outros** - Referem-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e SAT. A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória. **Perdas possíveis**: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estavam assim representadas:

	31/12/2016	31/12/2015	Principais causas	
Trabalhistas	68.204	78.361	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras	
Cíveis	84.367	65.424	Danos pessoais e majoração tarifária	
Fiscais	393.869	321.305	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social	
Regulatórias	7.020	1.263	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira	
Total	553.456	416.353		

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST contraria interpretação extensiva legítima e descumprir a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja nova decisão do STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Consumidores e concessionárias	10.202	7.040	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	51.693	65.614	1.489	2.101
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	14.175	7.890	6.938	10.615
EPE/FNDC/PROCEL	2.450	1.280	-	-
Fundo de reversão	-	-	13.987	13.987
Adiantamentos	1.477	343	203	247
Juros sobre empréstimo compulsório	992	685	-	-
Folha de pagamento	2.765	2.688	-	-
Participação nos lucros	6.031	4.952	872	289
Convênios de arcação (nota 11)	11.987	25.308	-	-
Outros	1.973	1.739	-	-
Total	103.745	117.539	23.490	27.440

Consumidores e concessionárias: As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização. **Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento**: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas de eficiência energética. Tais montantes são passivos de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. **Fundo de reversão**: Refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEG (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do poder concedente. **Adiantamentos**: Referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços. **Juros sobre empréstimos compulsórios**: Referem-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobras aos consumidores industriais. **Participação nos lucros**: Em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Energia S/A	29.564.002.609	23.532.767.571	53.096.770.180	100,00
Total	29.564.002.609	23.532.767.571	53.096.770.180	100,00

21.1 - Aumento de capital: Através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da AGO/E em 28 de abril de 2016, foram aprovados os seguintes aumentos de aumento do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações: (i) R\$ 6,226 referente à capitalização do benefício fiscal do agio apurado em 2015; (ii) R\$ 6,220 referente à capitalização da reserva legal; e (iii) R\$ 44,535 referente à capitalização total da reserva de doações e subvenções para investimento. **21.2 - Reserva de capital**: Refere-se basicamente ao "Benefício Fiscal do Agio Incorporado" oriundo da incorporação da antiga controladora DRAFT Participações S/A, conforme mencionado na nota 9.2. **21.3 - Reserva de lucros**: O saldo em 31 de dezembro de 2016 está assim composto: (i) Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão - A Companhia registra o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão no resultado do exercício e sua realização se dará pela baixa do ativo financeiro da concessão decorrente de alienação ou reestruturação societária ou no momento da indenização (ao final da concessão). Desta forma, a Companhia tem constituído reserva estatutária - ativo financeiro da concessão sobre estes montantes, amparado no artigo 194 da Lei nº 6.404/76, até a realização financeira destes montantes. O saldo final em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 173.644 (R\$ 177.610 em 31 de dezembro de 2015). **21.4 - Resultado abrangente acumulado**: Composto pela entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 113.939 corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o CPC 33(R). **21.5 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre Capital Próprio ("JUCP")**: Na AGO/E de 28 de abril de 2016 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2015, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 38.879, atribuindo-se para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,701154796 e R\$ 0,711270275 para cada lote de mil ações preferenciais; e (ii) dividendo adicional proposto de R\$ 68.324, atribuindo-se para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 1,232173897 e R\$ 1,355391287 para cada lote de mil ações preferenciais. Conforme previsto em Estatuto Social da Companhia e com base nos resultados do primeiro semestre de 2016, a Administração da Companhia aprovou, em 31 de agosto de 2016, a declaração de dividendo, no montante de R\$ 1.090 sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 1,299905378 e R\$ 1,423990578. No exercício de 2016, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 267.647 referente a juros sobre capital próprio e dividendo. Conforme a legislação vigente e o Estatuto Social da Companhia, a ação preferencial dá direito ao recebimento de dividendo pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária. **21.6 - Destinação do lucro líquido do exercício**: O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	68.114	211.637
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	(8.198)	(72.080)
Dividendo Intermediário	(72.080)	12.164
Absorção do prejuízo com reserva estatutária	12.164	-
Para o exercício o prejuízo acumulado apurado no exercício, foi realizado a absorção parcial da reserva estatutária no montante de R\$ 12.164.		

22. LUCRO POR AÇÃO

22.1 - Lucro por ação - básico e diluído: O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados:

	2016	2015
Numerador	68.114	211.637
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	68.114	211.637
Denominador	29.564.009	23.532.768
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	29.564.009	23.532.768
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais (mil)	23.532.768	23.532.768
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	1,23	3,82
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	1,35	4,20

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Reculta de operações com energia elétrica	Nº de Consumidores (*)		GWh		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Reculta de operações com energia elétrica	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Classe de consumidores						
Residencial	1.585.420	1.553.546	3.762	3.916	2.557.073	2.399.581
Industrial	6.482	6.557	1.740	2.089	1.001.351	1.149.861
Comercial	84.063	80.748	2.059	2.169	1.254.547	1.234.719
Rural	7.207	7.044	102	105	42.976	41.039
Poderes públicos	8.352	8.224	218	229	127.841	126.750
Iluminação pública	2.053	1.990	323	322	119.654	118.467
Serviço público	1.171	1.136	271	289	138.595	138.861
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	-	(8.096)
Fornecimento faturado	1.694.748	1.659.245	8.475	9.119	5.242.037	5.201.102
Consumo próprio	132	132	5	5	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	(39.216)	62.569
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(2.050.473)	(1.791.340)
Fornecimento de energia elétrica	1.694.680	1.659.377	8.480	9.124	3.152.348	3.472.331
Outras concessionárias	-	-	114	113	18.229	14.112
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(1.944)	(2.097)
Energia elétrica de curto prazo	1.856	564	195	303	108.225	108.225
Suprimento de energia elétrica	1.970	677	211.588	-	120.240	-
Reculta pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor	-	-	-	-	2.052.416	1.793.437
Reculta pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	-	-	-	-	505.998	567.858
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	-	(3.072)
Reculta de construção da infraestrutura de concessão	-	-	203.463	-	187.101	-
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	-	-	(715.004)	-	540.591	-
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	-	-	4.623	-	140.399	-
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários - liminares	-	-	256.612	-	91.791	-
Outras receitas e rendas	-	-	69.662	-	62.009	-
Outras receitas operacionais	2.377.770	3.380.113	-	-	3.380.113	-
Total da receita operacional bruta	5.741.707	6.972.684	-	-	5.741.707	6.972.684
Deduções da receita operacional	(1.100.506)	(1.106.881)	-	-	(1.100.506)	(1.106.881)
PIS	(95.514)	(108.872)	-	-	(95.514)	(108.872)
COFINS	(421.643)	(501.470)	-	-	(421.643)	(501.470)
ISS	(82)	(82)	-	-	(82)	(82)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(831.066)	(956.241)	-	-	(831.066)	(956.241)
Programa de P&D e eficiência energética	(29.247)	(34.898)	-	-	(29.247)	(34.898)
Contribuições especiais, em subsídios	(35.189)	(35.189)	-	-	(35.189)	(35.189)
Bandeiras tarifárias e outros	(95.773)	(403.119)	-	-	(95.773)	(403.119)
Outros	(3.885)	(4.229)	-	-	(3.885)	(4.229)
Reculta operacional líquida	(2.608.947)	(3.155.217)	-	-	(2.608.947)	(3.155.217)

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes. **23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos**: No procedimento de regulação tarifária ("Prorot"), no submódulo 2.7. Outras Receitas, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, deveriam ser contabilizadas em obrigações especiais, em subsídios. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de maio de 2015, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica. Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da Resolução Normativa nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravado de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Em 31 de dezembro de 2016, tais valores estão provisionados em

Obrigações Especiais, em atendimento ao CPC 25 apresentados líquidos no ativo intangível da concessão. **23.2 - Revisão Tarifária Periódica ("RTP")**, **Reajuste Tarifário Anual ("RTA")** e **Revisão Tarifária Extraordinária ("RTE")**: Em 18 de outubro de 2016, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual ("RTA") de 2016 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em -12,54%, sendo -5,35% relativos ao reajuste econômico e -7,19% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTP/2015). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -24,21% (conforme divulgado na Resolução Homologatória ("REH")), quando comparado à Revisão Tarifária Periódica ("RTP") ocorrida em outubro de 2015. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2016 a 22 de outubro de 2017. Em 20 de outubro de 2015, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica ("RTP") de 2015 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 56,29%, sendo 40,14% relativos ao reajuste econômico e 16,15% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2014). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores era de 21,11% (conforme divulgado na REH), quando comparado à Revisão Tarifária Extraordinária ("RTE") ocorrida em março de 2015. As novas tarifas tiveram vigência de 23 de outubro de 2015 a 22 de outubro de 2016. A ANEEL aprovou, por meio da REH nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, com o objetivo de restabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia foi de 40,49% no grupo A, 21,47% no grupo B, total de 29,78% (conforme divulgado na REH). As tarifas resultantes desta RTE estiveram vigentes de 2 de março de 2015 até 22 de outubro de 2015. **23.3 - Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares**: **23.3.1 - Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários**: A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2016, foi registrada receita de R\$ 103.065 (R\$ 91.791 em 2015), sendo (i) R\$ 12.733 (R\$ 6.941 no em 2015) referentes à subvenção baixa renda; e (ii) R\$ 90.332 (R\$ 84.850 em 2015) referentes a outros descontos tarifários, em contrapartida ao contas a receber - Eletrobras (nota 11). **23.3.2 - Descontos tarifários - liminares**: A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia Elétrica (ABRACON) obteve liminares em julho de 2015, que desobrigava suas associadas a pagarem tens específicos do encargo da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). A obrigação de recolhimento da cota da CDE não foi alterada e as distribuidoras arcam com esse déficit de receita. No processo tarifário posterior à decisão da liminar, a ANEEL concedeu um componente financeiro na tarifa para recuperação desta receita. Todavia, a decisão da diretoria da ANEEL foi reformada e exarada pelo Despacho nº 1.576/2016, que revogou o Despacho nº 2.792/2015, e foi determinado às distribuidoras deduzirem o total dos efeitos das liminares do pagamento das cotas mensais da CDE. Desta forma, foi estabelecido que esse déficit de receita será de responsabilidade da Eletrobras. Em função do novo procedimento definido no Despacho nº 1.576/2016 foi necessário: (i) registrar a receita na rubrica Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares em contrapartida na rubrica contas a receber - Eletrobras (nota 11) no montante de R\$ 153.547; (ii) registrar passivo financeiro setorial (nota 8) em contrapartida a receita de ativo e passivo financeiro setorial no montante de R\$ 140.410, que será resarcido aos consumidores no próximo processo tarifário. **23.4 - Bandeiras tarifárias**: O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias foi criado por meio da REN nº 547/2013, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Tal mecanismo pode refletir o custo real das

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais		Despesas Operacionais		Outros		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Pessoal	91.183	85.515	-	-	23.099	20.578	32.988	31.573	-	-	147.269	137.666
Entidade de previdência privada	8.791	8.745	-	-	-	-	-	-	-	-	8.791	8.745
Materiais	16.020	13.491	134	151	1.155	578	902	1.221	-	-	18.210	15.441
Serviço de terceiros	32.007	16.917	191	356	39.423	35.097	50.166	46.042	-	-	121.886	98.412
Amortização	75.343	15.357	-	-	474	5.488	17.439	16.076	-	-	92.661	93.556
Custos com construção da infraestrutura	74.748	71.992	-	-	-	-	-	-	-	-	203.463	187.101
Outros	1.309	4.344	(3)	(3)	72.758	52.683	44.898	35.778	10.259	4.800	129.221	97.603
Taxa de arcação	-	-	-	-	12.881	12.937	-	-	-	-	12.881	12.937
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	59.516	39.408	-	-	-	-	59.516	39.408
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	4.215	3.944	-	-	4.215	3.944
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.310	1.441	-	-	1.310	1.441
Logas, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	30.365	26.268	-	-	30.365	26.268
Doações, contribuições e subven												

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Nota explicativa	Categoria	Mensuração	Nível (*)	31/12/2016		31/12/2015		
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	669.880	669.880	476.965	476.965
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	113.938	113.938	99.451	99.451
Derivativos	30	(a)	(2)	Nível 2	130.940	130.940	396.748	396.748
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	860.979	860.979	784.893	784.893
					1.775.737	1.775.737	1.758.057	1.758.057
Passivo								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(c)	(1)	Nível 2 (**)	337.354	298.323	380.757	325.513
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	(2)	Nível 2	983.844	983.844	1.328.664	1.328.664
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (***)	365.646	361.064	365.789	359.416
Derivativos	30	(a)	(2)	Nível 2 (***)	20.514	20.514	4.041	4.041
					1.707.358	1.663.745	2.079.250	2.017.634

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 52.122 em 2016 (ganho de R\$ 43.901 em 2015)

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Categoria:	Legenda	
	Mensuração:	
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado	
(b) - Disponível para venda	(2) - Disponível ao valor justo	
(c) - Outros passivos financeiros		

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são: • Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - Eletrobrás, (iii) caucões, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrendação e (vi) ativo financeiro setorial; • Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL (vii) convênios de arrendação, (viii) descontos tarifários - CDE, (ix) coligadas, controladas e controladora, (x) passivo financeiro setorial e (xi) fundo de reversão. Adicionalmente, não houve em 2016 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais. O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de R\$ 8.259 (R\$ 143.269 em 2015), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10. **b) Instrumentos derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia/Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/ indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	Passivo				
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:						
Hedge variação cambial:						
Citibank	44.955	- 44.955	44.779	dólar	03/2019	117.250
Bradesco	25.700	- 25.700	25.194	dólar	04/2018	55.138
J.P. Morgan	25.717	- 25.717	25.197	dólar	04/2018	55.138
Citibank	30.808	- 30.808	30.780	dólar	01/2020	169.838
BNP Paribas	3.759	- 3.759	1.849	euro	01/2018	175.714
Scotia Bank	- (4.257)	(4.257)	(4.211)	dólar	08/2017	55.440
Bradesco	- (4.379)	(4.379)	(5.418)	dólar	05/2021	59.032
Bank of America						
Merrill Lynch	- (5.438)	(5.438)	(8.074)	dólar	05/2021	88.548
Citibank	- (5.950)	(5.950)	(8.098)	dólar	05/2021	88.548
Subtotal	130.940	(20.024)	110.916	101.997	8.919	

Estratégia/Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/ indexador	Vencimento final	Nocional	
	Ativo	Passivo					
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:							
Hedge variação de taxa de juros (1)							
J.P. Morgan	- (207)	(207)	(135)	(72)	CDI	07/2019	110.000
Votorantim	- (168)	(168)	(116)	(52)	CDI	02/2021	135.000
Santander	- (115)	(115)	(84)	(31)	CDI	02/2021	100.000
Subtotal	- (490)	(490)	(335)	(155)			
	130.940	(20.514)	110.426	101.661	8.764		
Circulante	- (4.257)						
Não circulante	130.940	(16.257)					
Total	130.940	(20.514)					

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas vide notas 14 e 15. (1) Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida. Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14). A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos enclaves protegidos. Para os exercícios de 2016 e 2015, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido/operação	Ganho (Perda)	
	2016	2015
Variação de taxas de juros	(661)	(609)
Variação cambial	(358.412)	300.652
Marcação a mercado	48.193	(32.431)
	(310.880)	267.612

c) Análise de sensibilidade: Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado: **c.1) Variação cambial:** Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2016 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(798.531)		(69.682)	147.371	364.424
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	826.261		72.102	(152.489)	(377.079)
	27.730	baixa dólar	2.420	(5.118)	(12.655)
Instrumentos financeiros passivos	(188.822)		(22.486)	30.341	83.168
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	191.682		22.827	(30.800)	(84.427)
	2.860	baixa euro	341	(459)	(1.259)
Total	30.590		2.761	(5.577)	(13.914)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31/12/2016 foi de R\$ 3,26 para o dólar e R\$ 3,41 para o euro. (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 3,54 e R\$ 3,81 e a depreciação cambial 8,73% e 11,91% do dólar e do euro respectivamente. (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA. Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. **c.2) Variação das taxas de juros:** Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2016 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data-base, permaneçam estáveis (CDI 13,63% a.a.; TJLP 7,50% a.a., IPCA 6,29% a.a. e SELIC 14,08% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 87.271 (despesa de CDI R\$ 75.944, TJLP R\$ 9.719, SELIC R\$ 55.764 e receita com IPCA R\$ 54.156). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I (a)	Redução (aumento)	
				Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	783.589		(17.474)	4.858	27.191
Instrumentos financeiros passivos	(433.252)		9.662	(2.686)	(15.034)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(907.517)		20.238	(5.827)	(31.491)
	(557.180)	alta CDI	12.426	(3.455)	(19.334)
Instrumentos financeiros passivos	(129.584)	alta TJLP	-	(2.430)	(4.859)
Ativo financeiro da concessão	860.979	baixa IPCA	(12.656)	(23.031)	(33.406)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(354.429)		8.967	(1.267)	(11.501)
Instrumentos financeiros passivos	(41.620)		1.053	(149)	(1.351)
	(396.049)	alta SELIC	10.020	(1.416)	(12.852)
Total	(221.834)		9.790	(30.332)	(70.451)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 11,40%, 7,50%, 4,82% e 11,55% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário I. **d) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2016, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

Conselho de Administração

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO Presidente	GUSTAVO ESTRELLA Vice-Presidente	UBIRAJUÍ JOSÉ PEREIRA Conselheiro
Diretoria		
CARLOS ZAMBONI NETO Diretor-Presidente		
GUSTAVO ESTRELLA Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS Diretor Administrativo	ROBERTO SARTORI Diretor Gestão de Energia
		THIAGO FREIRE GUTH Diretor Distribuição
		HÉLIO PUTTINI JUNIOR Diretor de Assuntos Regulatórios

Diretoria de Contabilidade

SÉRGIO LUIS FELICE Diretor de Contabilidade - CT CRC 1SP192.767/O-6	LIDIA TACHIBANA HIRADE Gerente de Contabilidade das Distribuidoras - CT CRC 1SP154.108/O-7
---	--

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Companhia Piratininga de Força e Luz Campinas - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Piratininga em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Reapresentação dos valores correspondentes: Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, em decorrência da mudança de política contábil adotada pela Companhia, referente à classificação do ajuste da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão, os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativos às demonstrações do resultado e do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada: Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.8 às demonstrações financeiras, a contabilização da energia distribuída aos consumidores, mas ainda não faturada, impacta o montante da receita líquida reconhecida no exercício, bem como o saldo da conta de consumidores, concessionárias e permissionárias a receber. O processo de avaliação e determinação da estimativa, o qual incluí o desenvolvimento de premissas que impactam no cálculo do volume e montante de energia distribuída e não faturada, é complexo e envolve julgamento significativo por parte da Administração. Portanto, consideramos a estimativa do montante de receita e de contas a receber de consumidores concessionárias e permissionárias decorrentes de energia distribuída, mas não faturada, um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria para endereçar esta estimativa contábil incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes adotados pela Administração da Companhia para determinar o montante da receita de energia distribuída, mas não faturada, (ii) envolvimento de nossos especialistas em Tecnologia da Informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados, e (iii) desafio às principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de tal estimativa. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo da estimativa efetuada pela Administração e efetuamos teste de valorização da receita de energia distribuída e não faturada, por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia, com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes substantivos. **Capitalização de gastos como ativo intangível da concessão:** Diante do montante envolvido e da dispersão dos investimentos em toda a área de concessão da Companhia, bem como pelo fato de infraestrutura de distribuição ser a base utilizada pelo regulador (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL) para determinar a tarifa para cada ciclo tarifário, ou seja, a infraestrutura de distribuição é base de

remuneração regulatória - BRR, consideramos a segregação e capitalização de gastos ao ativo intangível da concessão, como um assunto foco de nossa auditoria, pois podem ocorrer erros na determinação e capitalização de gastos não qualificáveis principalmente relacionados a serviços de terceiros e mão de obra. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes adotados pela Administração para segregação e capitalização dos gastos à infraestrutura de distribuição, (ii) envolvimento de nossos especialistas em Tecnologia da Informação para avaliação dos sistemas utilizados pela Companhia para controlar o ativo intangível e respectivos gastos capitalizados, (iii) execução de testes, por amostragem, afim de avaliar a valorização e alocação dos gastos segregados e capitalizados ao ativo intangível e ativo financeiro da concessão, (iv) desafio às premissas utilizadas pela Administração na determinação e segregação dos gastos capitalizados, e (v) comparação da natureza e do volume de gastos capitalizados com aqueles homologados pelo regulador no último período de revisão tarifária da Companhia. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação brasileira para companhias abertas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos

usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 13 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Marcelo Magalhães Fernandes
Contador
CRC nº 1 SP 203310/O-6

